

O CORONEL NEGRO DA CHAPADA DIAMANTINA: HISTÓRIA REGIONAL ENTRE O INSÓLITO E O COMUM – RELAÇÕES DE PODER E COR NO CORONELISMO BRASILEIRO DO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Moiseis de Oliveira Sampaio*

Resumo

O objetivo deste é analisar aspectos aparentemente contraditórios da cultura política da Chapada Diamantina, zona central da Bahia no Brasil, que estavam situados nas tênues fronteiras entre o insólito ou extraordinário na historiografia tradicional, e as relações comuns, presentes nas ações cotidianas observáveis na sociedade citada no fim do século XIX e princípio do XX. Analisando a trajetória de vida do Coronel Negro Francisco Dias Coelho, originário nos estratos mais baixos da sociedade local e que conseguiu ascender política e economicamente, dominando a região no início do século XX. Desta maneira apresentando uma nova interpretação ao coronelismo no Brasil.

Palavras chaves: História Regional, Cultura Política, Coronelismo, Brasil, Bahia

Resumen

El objetivo de esto trabajo es analizar aspectos aparentemente contradictorios de la cultura política de la Chapada Diamantina, zona central de Bahia, Brasil, que estaban localizados en las tenues fronteras entre el insólito o extraordinario en la historiografía tradicional, y las relaciones comunes, presentes en las acciones cotidianas observadas en la sociedad citada en fines del siglo XIX y inicio del XX. Analizando la trayectoria de la vida del Coronel Negro Francisco Dias Coelho, originario en los estratos mas bajos de la sociedad local que logró éxito en tornarse rico e influyente económicamente,

* Professor assistente da UNEB/ DCH IV.

dominando la región en principios de siglo XX. De esa manera presenta una nueva interpretación al coronelismo en Brasil.

Palabras clave: Historia Regional, Cultura política, Coronelismo, Brasil, Bahia

Neste artigo, busca-se analisar aspectos da biografia do Coronel Negro da Chapada Diamantina, a sua atuação política e econômica nesta região que denotam aspectos de insólito e comum, como dito anteriormente. Para Christopher Hill, qualquer estudo sobre uma pessoa, por consequência não será apenas a biografia de um grande homem, deverá incorporar os acontecimentos da época em que viveu e que se revelam cruciais para o desenvolvimento do país (HILL, 1988, p. 14). Embora o autor inglês estivesse se referindo à biografia de Oliver Cromwell, que foi figura de destaque durante a Revolução Inglesa, o mesmo pode ser dito de personagens menos influentes ou até mesmo anônimos, mas, que, no entanto, permitem compreender um dado momento da sociedade em que viveu.

Durante a maior parte do século XX, os estudos biográficos no Brasil foram vistos como resquícios do pensamento positivista, principalmente por parte dos sociólogos e historiadores marxistas, que ganharam força no país desde meados do referido século. Estes viam na biografia uma maneira de se criar heróis e obscurecer as lutas de classe e as organizações coletivas. As críticas somente foram atenuadas e as biografias retornaram à historiografia após a década de setenta do século XX, com a revisão do marxismo, chegada tardiamente ao Brasil, com novas abordagens e a possibilidade de analisar a cultura e a sociedade de um determinado lugar através da trajetória de vida de indivíduos que ali viveram e atuaram.

Nos estudos sobre o sertão da Bahia, as biografias de anônimos ou de elementos

com reconhecimento político e econômico na região são uma contribuição a mais para se compreender as relações sociais e a organização de sociedades nas áreas mais distantes dos centros de decisão no Brasil. As respostas para questões locais aparecem quando as trajetórias de vida são analisadas dentro do contexto regional, observando em escala reduzida as relações sociais locais e analisando as contradições com o que se tem estabelecido na história nacional como historicamente consolidado, presentes nas fontes e evidências locais.

Com isso, analisar a biografia de indivíduos dentro de um contexto regional, tendo como aporte uma variada gama de arquivos locais e regionais, cujo conjunto de fontes possibilitam novas visões sobre temáticas já consideradas esgotadas do ponto de vista historiográfico, mas que podem ser revisados a partir da análise regional. Os estudos sobre a história regional não são novidades na América Latina. Andrea Reguera sustenta que a partir da publicação de “El Pueblo en Vilo”, pelo mexicano Luiz González, em 1968, emergiu uma nova forma de ver a História, Geografia e a população de um país (REGUERA, 2007, p. 74). Desde esse tempo, consolidou-se em vários países, e assumiu características de cada lugar onde se estabelecia. Para Bandieri, na Argentina, por exemplo, a história regional confirmouse, mesmo que não tenha sido compreendida como uma opção metodológica por si própria, pois, se encontra em processo de consolidação (BANDIERI, 2007, p. 44). Mesmo que confundida com a micro história italiana, pois, em ambas o único elo de

concordância é a redução de escala. Ainda segundo Bandieri, a história regional está mais relacionada com a geografia crítica e vinculada a história econômica, preocupada com transformações e continuidades, passíveis de se compreender os processos sociais ocorridos em um tempo e lugar específicos. Dessa maneira, a história regional preenche lacunas deixadas pela macro escala, uma vez que se entende a região com o um processo de estruturação que articula tempo e espaço (BANDIERI, 2007, p. 49).

A afirmação acima coaduna com o pensamento do geógrafo brasileiro Milton Santos. Para ele, o conceito de região apareceu primeiramente no século XIX, originalmente cunhado pela geologia, para se referir ao conjunto de bacias hidrográficas orientadas pelo relevo, e de lá para a atualidade foi sendo apropriado e adaptado por outras disciplinas como a própria Geografia, que na era La Blacheana entrou no centro de debate de gênero de vida, que se preocupava com a relação entre o homem e a natureza em um determinado lugar, onde a cultura, a política, a economia e sociedade se formavam a partir das suas necessidades internas conforme a dinâmica característica da própria região. Essa ideia, quando expandidas para a Sociologia e a Antropologia, discutem os modos de vida e a morfologia social, até chegar à História com a discussão sobre a história regional (SANTOS, 2003).

Ainda segundo Santos, durante um largo período de tempo, a região foi vista apenas como espaço de identidade, sendo assim, as regiões se formavam e se modificavam lentamente a partir da solidariedade orgânica entre os povos e seus territórios produzindo identidades e limites espaciais coesos entre elas e satisfazendo as necessidades internas de cada região. No entanto, a geografia crítica, na sua vertente mais atual, vê a região

não mais a partir da solidariedade orgânica encerrada em si mesma, mas como espaço interdependente de outros, partindo das necessidades globais, passando a se constituir por meio de uma solidariedade organizacional, considerando as necessidades globais de produção, circulação e distribuição e consumo (SANTOS, 2003).

A região enquanto categoria historiográfica aproxima-se muito do que foi exposto acima, agregando-se ainda que além dos aspectos econômicos, estão também em questão as variantes jurídicas, administrativas, e principalmente culturais, que se adequam ou se modificam a partir das condições dadas não somente pelo espaço, mas também pelas relações sócio históricas construídas em um determinado lugar ou território. Assim, podemos pensar a região como um território culturalmente ocupado, delimitado por fronteiras “porosas”, onde as inter-relações com outras, vão ao longo do tempo conferindo características próprias que não as distingue totalmente do nacional, mas lhe da unidade ao ponto de ser reconhecida. Isso foi evidenciado na prática, quando Luiz Gonzáles, ao estudar a pequena San José de Gracia afirma:

“A área estudada não é influente nem transcendente, mas representativa. (...) por ser única, por ser um conglomerado de tantos, por representar uma porção ampla do subconsciente nacional” (GONZÁLES, 1972, p. 03).

Todas estas características próprias de lugares com dimensões reduzidas, diferenciadas das demais por características econômicas, geográficas ou sociais, implica também em verificar aspectos singulares ocorridos no micro espaço em que por vezes permitem análises diferenciadas do que se tem como estabelecido na perspectiva macro analítica, fugindo da ideia enclausurada

de região enquanto espaço delimitado por limites jurídicos, eclesiásticos ou administrativos, que nem sempre foram estabelecidos pelas características locais, nessa perspectiva. É reconhecido na história da Bahia que as pessoas que estabeleceram os limites acima citados nunca estiveram ou sequer conheciam as áreas por eles delimitadas, assim mesmo, as regiões foram se conformando com características e demandas específicas que não por poucas vezes obrigaram a redefinir o que fora estabelecido.

O historiador norte americano Eric Van Young, reafirma o que foi anteriormente dito, para ele, historiograficamente, as regiões ainda são hipóteses por demonstrar, devido à dificuldade em conceituar algo aparentemente simples, como região, mas que, no entanto, ainda não possui uma definição clara de maneira que atenda as demandas das variadas disciplinas como: geografia, antropologia, e principalmente, a história, no entanto, a falta de um conceito universal não invalida os estudos regionais (Young 1991, 21). Meyer, por sua vez, define região como espaço relativamente extenso, com características particulares, que fazem de uma unidade distinta das regiões vizinhas (Meyer 2007), enquanto Young, de maneira mais simplificada, partindo do viés econômico conceitua como a espacialização de uma relação econômica, delimitada por fronteiras que se por um lado são porosas, por outro são suficientemente congruentes com as divisões políticas e administrativas (YOUNG, 1991). Pelo que se tem analisado da documentação sobre a Chapada Diamantina, poderíamos então definir este espaço regional como um território culturalmente ocupado, delimitado por fronteiras definidas pelas relações estabelecidas entre os indivíduos e que podem ou não obedecer aos limites geográficos, políticos e administrati-

vos, a depender das ligações econômicas e sociais ali constituídas.

Dentre os muitos obstáculos em se analisar regionalmente a história na Bahia, está o fato de ser esse um fenômeno historiográfico muito recente no Brasil, onde os marcos que balizam a sua ação e intencionalidade ainda não estão claramente estabelecidos (se é que existem). Percebe-se, no entanto, que os elementos que propiciam a pesquisa historiográfica, como arquivos regionais, que somente muito recente foram disponibilizados as pesquisas e o total esquecimento por parte da história nacional, principalmente, no tocante a zona interiorana tanto da Bahia como de outros estados periféricos do Brasil, evocam na história regional a possibilidade de historicizar fenômenos esquecidos ou considerados marginais pela historiografia e assim, dar voz a pessoas e lugares marginalizados não apenas pela sua condição social ou política, mas pelo lugar onde vivem, e que foi se distanciando dos centros econômicos durante o último século no Brasil.

A vida do Coronel Negro está entre dois extremos, o insólito e o comum, e que se revelam à medida que a redução da escala de observação se aproxima cada vez mais do objeto de estudo. Como negro, e advindo das classes subalternas da Chapada Diamantina, no Sertão Baiano, descendente direto de uma família escrava estabelecida há muito na região e de negros livres agregados a um grande latifundiário, a ascensão econômica e social de indivíduos nesta condição no período estudado (final do escravagismo e primeiras décadas do pós-abolição) era extremamente difícil, os estudos tradicionais apontam como impossível, sobretudo devido à maneira como se deu o fim do escravismo no Brasil. Apesar disso, nasceu e viveu como muitos dos seus pares. Em muitos dos aspectos a sua vida pode ser considerada com

um fragmento do que acontecia com outros descendentes de negros nascidos na região que viveram e trabalhavam nas fazendas dos poderosos latifundiários da região. Isso o torna comum entre os moradores da região. O insólito fica por conta da impossibilidade apontada pelos estudos tradicionais de um indivíduo nascido nestas condições viesse a ascender econômica e socialmente, tornando-se um dos mais poderosos coronéis da Bahia. Este caso em particular, no que concerne às teorias sobre o coronelismo e a ascensão de negros e mestiços no período pós abolicionista brasileiro, pode ser considerado um caso atípico. Porém, teve uma vida bastante comum se considerarmos a sua infância como filho e neto de agregados, trabalhadores das grandes fazendas do sertão baiano, como também a maneira que os documentos apontam sobre a atuação dos coronéis da Chapada Diamantina.

Concretamente, define-se a Chapada Diamantina como uma meseta situada na zona de intersecção entre o litoral, que ainda nos primeiros séculos da colonização portuguesa foi uma importante zona de cria e recria de gado para abastecimento de carne para o litoral, e pelo posicionamento centralizado se tornou através dos séculos o centro das rotas comerciais que ligavam o litoral ao interior do Brasil e a zonas mineiras. Historicamente esta região se caracterizou por estar na periferia política e econômica da Bahia, enquanto o litoral se configurava como centro, desde os primeiros momentos da experiência colonial lusitana na América.

Nos primeiros momentos de presença portuguesa no Brasil, o cultivo de cana de açúcar foi escolhido como principal produto a ser explorado, justificando o sistema de *plantation*, característico do mercantilismo português da época. Por ser a cana uma cultura muito exigente de clima e solo, as terras

favoráveis para a produção em larga escala estavam localizadas no litoral, principalmente, nas capitâneas da Bahia e de Pernambuco, nordeste do Brasil, onde se formou o centro político e administrativo da América Portuguesa.

Como alternativa para evitar a competição com a criação de gado e a produção de outros gêneros agrícolas com a monocultura canavieira, e ainda assim, manter o abastecimento de carne e animais de tração e carga, o governo colonial estabeleceu um limite de dez léguas a partir do litoral com destino ao interior, para a criação em larga escala de animais. A esta área iniciada além dos limites da cana, denominou-se de “Sertão” (NEVES; MIGUEL, 2007, p. 17).

Graças a esta opção de exploração territorial, o Recôncavo Baiano ficou dependente do gado do Sertão. A necessidade ia além da carne seca e das boiadas conduzidas para serem abatidas na capital. O couro era outro produto de origem animal muito empregado no litoral. Vários utensílios, como cadeiras, mesas e baús eram feitos ou forrados de couro, além de ser largamente utilizado como embalagem para tabaco e algodão, que também constavam na pauta de exportações da Bahia na época. E para além disso, a produção de muares e equinos para transporte de cargas e pessoas nas poucas rotas de transportes, como também bois de carga e tração para os engenhos do Recôncavo, reforçavam a necessidade de desenvolvimento destas atividades no interior.

A potência econômica da Bahia começou a dar sinais de extenuação nos anos finais do século XVIII e nas duas décadas iniciais do século XIX. De forma generalizada, esses foram os últimos momentos que a província experimentou de grande vigor econômico. A prosperidade estava lastreada em bases muito débeis, seja por depender de boas

colheitas com condições climáticas e laborais favoráveis, ou por estar amarrada a um mercado internacional instável e sem previsões (FRAGA FILHO, 1994, p. 13). A formação de Fraga Filho foi confirmada pela historiadora Katia Matoso. Para ela, a Bahia conheceu seu derradeiro período de força econômica, durante o intervalo de tempo compreendido entre os anos de 1787 – 1821. Nesse período foi responsável por exportar cerca de setenta por cento de todo o açúcar brasileiro para Europa (MATOSO, 2001, p. 608). Durante a maior parte do século XIX, a província passou por alguns períodos de recuperações insuficientes, no entanto as constantes crises eram sempre aprofundadas pela crescente concorrência no mercado internacional com a produção crescente de outros produtores americanos, principalmente o Caribe, até culminar com a derrocada final na virada do citado século.

A economia do Sertão seguia em direção inversa à economia litorânea, no entanto algumas circunstâncias ainda mantinham as elites da capital no comando hegemônico da província. Em 1808, a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil era um prenúncio da Independência, e foi percebida desde cedo a decadência do Recôncavo Baiano enquanto centro econômico, mesmo que a província ainda atravessasse o seu último período de grandeza. Como consequência, Salvador perdeu o *status* de capital para Rio de Janeiro. Porém, a região açucareira ainda permaneceu como centro econômico e político da Bahia durante todo o século XIX. Para isso a elite litorânea se utilizou de manobras políticas para conter a elite que advinha do Sertão, cuja economia crescia no mesmo ritmo que a decadência do Recôncavo.

Entretanto, a opção administrativa imperial foi a de manter a centralização administrativa e de serviços em Salvador, que

ocasionou durante quase todo o século XIX uma estrutura social fechada às mudanças. Porém, as elites sertanejas que cresceram e enriqueceram, e no decorrer do século também desenvolveram suas estratégias, aproveitando as variações econômicas que lhes eram favoráveis para se imiscuírem cada vez mais nos espaços políticos estaduais. Mesmo com secas e epidemias, o comércio de gado se profissionalizou com a melhoria do rebanho e a introdução de novas raças, bem como a iniciação de novas atividades econômicas como cacau no sul, algodão no sudoeste e diamantes e carbonados na Chapada Diamantina, além de inserção de tabaco que deixava de ser produzido exclusivamente no Recôncavo e sisal na região Centro Norte, proporcionou o acúmulo de riqueza e a possibilidade de se inserir enquanto elite estadual.

Desde o período colonial, a pirâmide social era composta em seu cume pelos senhores de engenho e seus familiares. Como os maiores produtores de riqueza, estes também exerciam o comando político como o poder de nomear, com a aquiescência do governo colonial, os funcionários públicos com funções menores. Com os primeiros anos do Império, poucas mudanças ocorreram exceto que os cargos públicos antes destinados somente a portugueses de origem passaram a ser ocupados pela elite baiana, o que internamente na província, aumentou o poder dos antigos mandatários (FREYRE, 2005, p. 122). Porém, com o avançar do século XIX, elementos provenientes das elites sertanejas começaram a galgar espaços na estrutura social baiana.

A principal instituição que permitiu a ascensão das elites sertanejas foi a Guarda Nacional. Instituída no Brasil em 1831, a Milícia Cidadã foi inspirada na Guarda Nacional Francesa e Norte Americana. A milí-

cia Brasileira atendia a duas demandas das elites com relação ao exército para aquele período. A primeira era a desconfiança das elites no que diz respeito à defesa interna do território brasileiro. Os influentes do Brasil mostravam-se desconfiados por conta das origens tanto dos oficiais, quanto dos praças. De todos os quarenta e quatro generais do Exército Brasileiro em 1830, vinte e oito eram europeus, e os dezesseis brasileiros que compunham o alto oficialato mantinham vínculos com a monarquia portuguesa. Por outro lado, a soldadesca mal armada e sem treinamento militar provinha dos extratos mais baixos da sociedade, em sua maioria ex-escravos, sempre mal vistos por sua condição social (CASTRO, 1979, p. 16). A segunda era prover a defesa interna do Brasil com o menor gasto possível para o governo. As despesas com a tropa, mesmo que fosse de segunda linha, como no caso da Guarda, era provida e mantida pelas oligarquias locais, como consequência imediata, desonerava o governo e institucionalizava os exércitos privados que há muito existiam no país. Estes mesmos oligarcas se institucionalizaram como comandantes militares, assumindo a patente de Coronéis.

Assim, a Guarda Nacional Brasileira surge como uma forma de integrar e beneficiar as elites locais, mais fiéis ao imperador e reduzir os custos com a defesa das fronteiras internas. Ao mesmo tempo, estes benefícios propiciaram a institucionalização das práticas de poder exercidas pelas elites locais, principalmente dos lugares mais distantes dos centros de poder, de maneira ampla modificando as relações geopolíticas entre as elites.

As elites sertanejas, que advinham em sua maioria de setores menos nobres da colônia, ou de filhos não primogênitos das famílias poderosas, (cujas heranças das pos-

ses familiares eram cada vez mais distantes do litoral) rapidamente se converteram em coronéis, readquirindo prestígio com o governo e iniciando a escalada política e econômica para no fim do século entrar em embates com as elites litorâneas estabelecidas. Para essas elites sertanejas, a Guarda Nacional surgiu como elemento propulsor do seu poder político. Como já fora dito anteriormente, neste período a Bahia sofria com a crise decorrente da queda do comércio açucareiro. No entanto, a economia sertaneja despontava como parte importante para as finanças provinciais. Entretanto, isso não significava que os potentados locais fossem representados na mesma proporção que a região. Figurar entre os oficiais da Guarda Nacional demandava a estes chefes locais a institucionalização de um poder que se manifestava a beira da clandestinidade, pois, devido à ausência das instituições do Estado, cabia a estes esta representação. Mas, antes da Guarda, de forma extraoficial, ou como preferem alguns, extralegal, com o advento da Guarda Nacional este poder se torna institucional e legal, e a sua autoridade foi reconhecida fora dos limites das suas propriedades. Também na mesma medida em que a economia se dinamizava com novas atividades produtivas, os espaços de poder eram ocupados pelos Coronéis sertanejos, mas isso não ocorria de forma pacífica, pois alianças eram forjadas e quebradas na mesma velocidade em que modificavam os interesses das elites baianas.

Não foi por acidente que a Chapada Diamantina, que era desde os tempos coloniais uma importante zona fornecedora de alimentos para o litoral, tivesse a sua economia dinamizada pela produção de ouro e pedras preciosas, possibilitando o nascimento de uma classe de comerciantes que tinham claras pretensões políticas além do domínio

regional. Talvez por isso, essa também foi a área onde atuaram os influentes coronéis baianos desde os tempos do Brasil Imperial, e continuaram suas práticas durante todo o século XIX e parte do XX, comercializando gado ou pedras preciosas e influenciando, por vezes determinando a política estadual, por isso, pode ser considerada como zona dos coronéis.

Um destes influentes coronéis foi Francisco Dias Coelho, que dominou a região de Morro do Chapéu na parte setentrional da Chapada Diamantina por um período de mais de vinte anos, falecendo prematuramente no auge da sua atuação política. Este homem nasceu pobre e ascendeu econômica e politicamente tornando-se um dos mais proeminentes políticos sertanejos.

Francisco Dias Coelho nasceu em três de dezembro de 1864, na mesma fazenda onde viveram os seus ascendentes. Provavelmente, no momento do nascimento apenas os parentes mais próximos souberam do ocorrido, e mais provável ainda que somente o pai e a avó materna, que era parteira, estivessem presentes. Para as famílias pobres, em decorrência do momento de crise econômica que passava a região por conta de uma forte seca, o episódio não parecia ser propício para festejar.

Seu nascimento coincidiu com a emancipação da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, iniciando um novo município, se desmembrando da Vila de Santo Antônio da Jacobina. Antes do desmembramento era um dos cinco municípios da Bahia. Nesta época, a divisão territorial, administrativa e judiciária do Brasil seguia parelha com a divisão territorial eclesiástica. Assim, o desmembramento de uma paróquia também era seguido da criação de um novo município e posteriormente de uma nova comarca judicial.

Suas raízes estavam arraigadas nos mais baixos estratos da sociedade. Dias Coelho era descendente de duas famílias de agregados daquela fazenda. Era filho de Quintino e Maria da Conceição Dias Coelho. As duas famílias de onde vieram os pais de Dias Coelho tinham em comum o fato de serem negros e agregados do Coronel Quintino Soares da Rocha. No entanto, se diferenciavam na condição social e na hierarquia que ocupavam entre os agregados da fazenda.

Os pais de Quintino Dias Coelho, ou seja, a família paterna, segundo os livros cartoriais e eclesiásticos dos arquivos locais eram, a saber, Simão e Ezalta Dias Coelho. Apesar de negros nunca foram escravos, eram agregados da fazenda Gurgalha desde antes dessa ser comprada pelo casal Soares da Rocha, permanecendo nela até os seus respectivos óbitos. Tiveram seis filhos e conseguiram comprar uma pequena propriedade nas margens da fazenda. Mesmo que a condição de pequenos proprietários não lhes conferisse total independência com relação à fazenda de onde continuaram sendo agregados, se diferenciavam dos demais agregados por terem uma possibilidade maior de renda.

O casal também mantinha boas relações com os proprietários. Seus filhos foram afilhados de batismo e casamento dos proprietários ou de parentes próximos, sendo que um deles, Quintino Dias Coelho, recebeu o mesmo nome e era afilhado do coronel Quintino Soares da Rocha, demonstrando a relação de afinidade, e de proteção que existia entre os proprietários e algumas famílias de agregados no sertão da Bahia.

O lado materno passou pela escravidão, e como também era comum a muitos casais de escravos e libertos em situação semelhante no sertão baiano, formaram uma família, compraram as suas liberdades com o

trabalho na pecuária e permaneceram como agregados na fazenda onde viveram.

O avô materno, José Gomes de Araújo, que era “africano”, chegou ao Brasil na condição de escravo ainda muito jovem, com cerca de onze anos de idade, em 1824, quando foi comprado pelo padre Francisco Gomes de Araújo. Ambos, senhor e escravo, foram viver na Chapada Diamantina a partir de 1838, após a instalação da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, onde o seu amo foi o primeiro pároco.

José conheceu sua esposa no cativeiro da Fazenda Gurgalha, onde acumulava as funções de tratador de animais da paróquia com a de vaqueiro e meeiro para o Coronel Quintino, até o ano de 1848, quando comprou a sua liberdade. Viveu amasiado com Andrezza Maria do Espírito Santo, de quem comprou a liberdade e manteve como sua propriedade até se casarem em 1853. Deste matrimônio nasceram três filhos, dentre eles Maria da Conceição, a mãe de Francisco Dias Coelho.

É provável que José tenha sido beneficiado com a mudança econômica que houve na Chapada Diamantina a partir de 1841, com a descoberta de diamantes na região. Além dos agregados, que em seu tempo livre na lida com o gado também garimpavam, vieram para a região um grande contingente de migrantes, advindos de outras regiões da província ou de outros lugares do Brasil. Com isso, a população da pequena Vila de Morro do Chapéu teve um crescimento expressivo. Em 1836, os habitantes da paróquia foram estimados em 1669, sendo que destes 1465 eram livre, 23 libertos e 181 escravos. Dentro deste último grupo, 39 eram africanos e 142 crioulos. José estava entre os trinta e nove africanos listados no censo (VIEIRA FILHO, 2006). O crescimento populacional continuou forte em todo século XIX. No ano de

1856, outro censo foi realizado e a população saltou para 9190 habitantes. Sendo que 8450 eram livres e 740 pessoas eram escravas. Mesmo com o imenso crescimento da população escrava, este foi muito menor que o número de livres. Infelizmente o censo não indica quantos destes eram nascidos livres (brancos, negros ou mestiços), e quantos eram egressos da escravidão. Também houve um crescimento do número de compra de liberdades por parte dos escravos da região, demonstrando que a mineração era uma das possibilidades de acúmulo pecuniário para a compra da liberdade.

Quando se casaram e formaram a sua família nuclear, Quintino e Maria da Conceição Dias Coelho continuaram vivendo muito próximos aos seus parentes, como agregados na fazenda onde nasceram, e faziam parte da órbita de influência do Coronel Quintino. Seu casamento se deu quando os dois eram muito jovens, ela com quinze anos e ele com vinte e dois, apenas seis meses antes do nascimento do primeiro filho.

A vida de Francisco Dias Coelho foi cheia de reveses desde tenra idade. Nascido na pobreza, bem próximo à indigência, teve o seu primeiro trauma com a morte da mãe em 1871, quando contava com sete anos de idade em virtude das consequências de uma das frequentes secas que assolavam o nordeste Brasileiro. Durante a seca de 1868, que perdurou até 1871, as vidas de muitos dos moradores da fazenda Gurgalha foram ceifadas. Dentre os fatalmente vitimados pela seca estava a sua mãe, fato este que levou o pai a tomar uma medida drástica, mas comum no sertão em tempos de estiagem ou de grandes dificuldades econômicas, que era de doar os filhos para viver com famílias abastadas da vila para realizarem pequenos trabalhos domésticos. Assim, Francisco e sua irmã mais velha, Maria, foram morar na

residência do Major Pedro Celestino Barbosa, representante político do Coronel Quintino na Vila.

Os pequenos órfãos de mãe viveram por muitos anos com a família adotiva, que não tinha filhos legítimos, até atingirem a maioridade. No convívio com a família Barbosa aprenderam a ler, escrever e um ofício. A menina aprendeu as prendas domésticas e foi preparada para o casamento com um dos agregados do Major, enquanto Francisco foi aprendiz de boticário, profissão que carregou consigo durante toda a sua vida, mesmo exercendo outras atividades ao longo dos anos.

Antes de completar dezoito anos, já exercia a atividade de tabelião de notas do cartório local, o que era ilegal, haja vista que pela constituição brasileira da época esta atividade somente seria possível aos maiores de vinte e um anos. No entanto, a região passava por importantes mudanças por conta da atividade de mineração do carbonado, fortemente influenciada pela demanda originária da indústria europeia.

O carbonado é um diamante de baixa qualidade e sem brilho, por causa disso não era útil na lapidação e fabrico de jóias, no entanto, tem a mesma dureza e no fim do século XIX, teve as suas propriedades industriais descobertas e aplicadas na Europa. A pedra negra e opaca era conhecida na Chapada Diamantina como “ferrujão”, e antes da demanda europeia pela mesma, os mineiros o consideravam como uma pedra satélite do diamante, usando para demarcar os campos de minério. Quando o veio diamantino era encontrado, o carbonado era descartado (BRUTON, 1983).

A situação foi modificada graças às inovações tecnológicas da Revolução Industrial europeia, com a invenção e utilização em escala industrial da perfuratriz a vapor. Essa

máquina, associada à substituição da pólvora negra pela dinamite, permitiu o salto na mineração aumentando a extração de carvão, minério de ferro e a abertura de túneis e canais, tanto na Europa quanto em outros lugares do mundo, como por exemplo, os canais de Suez e Panamá, o túnel ferroviário de São Gotardo na Suíça, os metrô de Paris, Berlin, Londres e Buenos Aires, e as minas de carvão e ferro da Alemanha e França. O maior empecilho para a utilização em larga escala da perfuratriz a vapor era o alto custo das suas pontas de brocas, originalmente confeccionadas com o diamante, mas que representava um alto custo final nas obras, diminuindo a sua viabilidade econômica.

Ainda na década de setenta do século XIX, um engenheiro francês começou a utilizar o carbonado em substituição ao diamante, o que barateou o processo e viabilizou a utilização da perfuratriz. Apesar de mais barato, o carbonado era encontrado em quantidades e preço que justificassem a sua viabilidade econômica em duas regiões do planeta em Bornéu na Oceania e na Chapada Diamantina, barateando a mineração de grandes empresas europeias, mas impactando e provocando modificações profundas nas zonas produtoras.

A rápida e inesperada demanda por um produto visto pelos garimpeiros da região como dejetos, e conseqüentemente a repentina valorização fez com que pessoas que não estavam incluídas entre os membros da elite tradicional da região acumulassem fortuna muito rapidamente, e alçasse o *status* de uma nova elite, composta em Morro do Chapéu e em toda a Chapada majoritariamente por negros e mestiços. Especificamente na face norte da região, Francisco Dias Coelho foi o principal ator desse processo. No início da demanda pelo produto, acumulava as funções de boticário e tabelião de notas no

cartório local. O trânsito entre os garimpeiros e a facilidade de contato com compradores por causa da botica, talvez tenha sido o canal necessário para que ele entrasse na atividade comercial de pedras preciosas. No entanto, se pode afirmar que de meados a fins dos anos oitenta do século XIX, já era considerado o maior comerciante de carbonado da Bahia. O dinheiro do minério abriu as portas para que adentrasse em um terreno antes ocupado pelos brancos da região. Comprou a patente de tenente coronel da Guarda nacional, o maior posto da corporação, garantindo o comando da 174^a brigada de infantaria da guarda Nacional, e com isso o poder institucional sobre os outros coronéis do sertão.

Nos primeiros anos do século XX, já era considerado o décimo homem mais rico do estado da Bahia, e reconhecido pelas elites estaduais como o comandante de fato dos coronéis sertanejos. Com isso influenciava diretamente as tomadas de decisões estaduais com o seu apoio, inserindo-se na política regional e se convertendo no poderoso coronel negro da Chapada Diamantina (PANG, 1979, p. 246).

No fim da vida, depois de cinquenta e quatro anos de estratégias cotidianas, conscientes ou não, o Coronel Dias Coelho, nascido em 1864, faleceu em 1919. Sua morte se deu de maneira inversa ao seu nascimento, ou seja, enquanto nasceu como anônimo, ou somente mais um negro e filho de agregado da Chapada Diamantina, a sua morte teve uma comoção ainda não igualada no sertão da Bahia, produziu um grande volume de documentos que permitiu recontar o fato da maneira a seguir.

Na madrugada de quinta para sexta feira, mais precisamente às quatro da manhã do dia 19 de fevereiro de 1919, chegava ao fim, em Morro do Chapéu, a vida do Coro-

nel Francisco Dias Coelho. Embora trágica, a notícia não causou muita surpresa, pois, já era esperada pelas informações que corriam na região alguns meses antes. Estavam na casa os familiares e amigos mais próximos, além dos aliados políticos, e, segundo os presentes, o fatídico momento já esperado por todos.

Os estudos de história regional centrados na figura do Coronel Dias Coelho, possibilitados pelos arquivos da Chapada Diamantina, apontam para possibilidades opostas ao que se diz sobre o coronelismo brasileiro. A trajetória do político negro, em suas relações familiares e econômicas, desde antes de se tornar um eminente chefe, demonstram o coronelismo uma forma de poder oligárquica, ocorrida na América Lusitana desde os tempos coloniais, e que se perpetuaram no Brasil após a sua independência, chegando até próximo dos dias atuais. Expressavam o seu mando de diversas maneiras, sempre partindo do local e por vezes expandindo a sua esfera de influência para os níveis estadual e nacional.

Historiograficamente, pessoas como Dias Coelho nunca estiveram em voga nos tradicionais estudos sobre o coronelismo, sequer na Bahia, onde pela proximidade dos fatos poderia ter havido uma atenção maior. Os estudos sobre a temática avançaram pouco em sua interpretação até muito próximo da atualidade.

Poucos historiadores brasileiros e baianos se dedicaram ao tema, ficando a análise e a proposição de teorias sobre o fenômeno majoritariamente a cargo de sociólogos. A maior parte dos estudos sobre a história política do Brasil qualifica o coronelismo como um fenômeno historicamente datado da Primeira República Brasileira (1889 – 1930), iniciada com a queda do Império e finalizada com a ascensão do Presidente Ge-

túlio Vargas. Segundo essa tradição, esse foi um período em que o Brasil transitou de um modelo agro exportador oligarca para um país industrial comandado por uma burguesia, que se consolidou a partir da década de trinta do século XX, onde Vargas concretiza o projeto modernizando o Brasil.

Os sociólogos contemporâneos e posteriores a Vargas foram os primeiros a analisar o coronelismo. Neste período a história, como ciência, ainda era muito incipiente no país. Assim mesmo, as análises provenientes dessa disciplina se consolidaram e permaneceram quase que inquestionáveis até a atualidade, influenciando outras disciplinas, principalmente a história, que foi centralizada nos estudos sobre o sul e sudeste, ou com as perspectivas desta zona para as outras regiões do Brasil.

Para eles, o coronelismo estaria inserido neste período transitório, onde o Estado não era mais centralizador e oligárquico como no Império e ainda não era democrático e burguês como no período pós Vargas. Assim, os coronéis se fincaram neste vazio de poder de um Estado quase que inexistente, constituindo-se como forças políticas em transição e mantendo o seu poder na base familiar. Isto era fortalecido pelo isolamento das comunidades rurais do interior, esquecidas pelo Estado e dominadas pela ignorância sempre a favor dos coronéis.

O primeiro cientista social brasileiro a analisar o coronelismo foi o sociólogo e advogado Vitor Nunes Leal, cuja primeira edição de sua obra, *“Coronelismo, Enxada e Voto”*, foi publicada em 1945. Suas ideias foram desenvolvidas em pleno período Vargasista (LEAL, 1986). Ele considerava que o fenômeno estava baseado nos oligarcas que dominavam a estrutura agrária do país. Essa oligarquia representava remanescentes do império, que apoiados na Guarda Nacional

mantinham-se no poder local, inseridos na troca de favores com as elites regionais e nacionais, num período em que as instituições republicanas ainda não estavam plenamente estabelecidas. Segundo ele, havia uma grande rede de relações entre os chefes locais que se subordinavam aos chefes regionais e trocavam votos, conquistados ou fraudados, por benesses para seus próprios fins e não para interesse público. Isto se configurava numa intromissão do poder privado no domínio público. Na base do sistema coronelista estavam os eleitores que constituíam o elo mais fraco de toda a cadeia política do Brasil, de fins do século XIX e três primeiras décadas do século XX.

Com a proclamação da República e a promulgação da primeira constituição republicana, foram modificados os critérios para se alistar como eleitores. Durante o período imperial, as eleições para cargos eletivos eram feitas de forma censitária. Somente poderiam votar os maiores de vinte e um anos de idade, e detentores de renda suficiente para serem eleitores. Para poderem ser candidatos, a renda deveria ser ainda maior. Com a República houve mudanças na maneira em que se alistavam os eleitores. Poderiam ser eleitores ou candidatos todos os cidadãos brasileiros maior de vinte e um anos, desde que fosse alfabetizado. Não mais havia a exigência de renda. A única exigência era fazer uma petição escrita de próprio punho em frente a uma autoridade eleitoral. Longe de ser uma democratização das eleições, as mudanças no código eleitoral produziram mais exclusões que democratização, conforme atesta Carvalho (2005). O contingente de alfabetizados era ainda menor do que os de pessoas com renda suficiente, haja vista que educação pública nunca foi prioridade no Brasil Imperial, e continuou não sendo na República. Adicione a este aspecto o pro-

cesso de Abolição da Escravatura, em 1888, que apenas concedeu a liberdade a todos os negros brasileiros, mas não lhes deu condições de ascensão social, elevando em muito o contingente de homens e mulheres sem perspectivas de alfabetizar-se.

Segundo a análise feita por Leal os coronéis, enquanto latifundiários, eram os principais beneficiários do contingente eleitoral reduzido, provocado pela constituição republicana. Com isso, ampliava a margem de negociação dos chefes locais - os *coronéis* -, e os chefes regionais que dominavam os cargos de deputados, senadores estaduais e governadores de Estado. Esses, por sua vez, negociavam as suas influências dentre os coronéis com os votos para os cargos nacionais de deputados federais, senadores da República e presidentes. Assim, compreende-se que o coronelismo somente poderia existir em uma região distante do centro de decisão política e atrasada, social e culturalmente, onde o controle da população se fazia eficiente pelo alto índice de analfabetismo e manipulação das pessoas, consequentemente, dos seus votos pela ausência das instituições do Estado Republicano.

Alguns termos se tornaram comuns nessa análise, a exemplo de curral eleitoral, voto de porteira fechada e de cabresto. A utilização destes termos comparava os eleitores ao gado nas fazendas dos coronéis, e estes poderiam comercializá-los da maneira como mais lhe conviessem. No curral eleitoral estavam reunidos todos os eleitores no dia das eleições, conduzidos pelos cabos eleitorais através dos cabrestos, via pequenos favores, assistência às famílias em tempos de crises *frequentes nos períodos das secas*, ofertas de trabalho, relações de apadrinhamento, e principalmente, ameaças dos jagunços e bandoleiros que estava sempre a serviço dos chefes locais.

Entretanto, o próprio Leal assume que não fez pesquisa em arquivos para chegar as suas conclusões, e que levantou todas as suas hipóteses a partir das observações dos coronéis do interior paulista, seu único universo de análise. Isso nos leva a compreender o motivo da fragilidade das observações com relação ao coronelismo no nordeste brasileiro. Em suma, essa análise sociológica do coronelismo representa o espírito de uma época, em que o sudeste do Brasil, recém-industrializado, afirma sua centralidade regional política e economicamente, ao tempo em que confere ao nordeste a posição de periferia. Embora seja pioneiro, esse trabalho acentua a relação de centro e periferia, não abarcando outras regiões e tornando os coronéis paulistas modelo e referência de análise para todo o Brasil. Assim, não admitiu afirmações e possibilidades que poderiam modificar o panorama proposto por suas hipóteses.

Outra interpretação do coronelismo foi feita por Raymundo Faoro, sociólogo brasileiro da década de cinquenta do século XX. A visão deste estudioso extrapola a noção de fenômeno proposta por Leal. Para ele, o sistema coronelista existia desde o Império, justificado pelo caráter estamental da sociedade, que demonstrava as características herdadas do período colonial. Ou seja, por não ter havido modificações tão profundas no período pós independência, onde prevalecia um feudalismo tardio que foi se transformando no decorrer do século XIX, concomitantemente, já havia na época uma burguesia nascente, mas que rapidamente impunha os seus conceitos ao Estado. Nessa interpretação, o feudalismo chegou ao seu final em meados do segundo quarto do século XX, quando então o coronelismo, que era a sua expressão máxima, deixa de existir por completo, e a burguesia brasileira, re-

presentada pelo governo Vargas, centraliza o estado burocrático, tornando presente o Estado que não chegava a determinados locais do país. E assim, provocou a derrocada dos chefes locais com a imposição do poder estatal sobre as relações de troca de favores que baseavam as relações anteriores.

Embora os estudos de Faoro tenham sido revolucionários para a época, demonstrando um amadurecimento na sociologia política do Brasil, uma vez que outros estudos eram ofuscados pela obra de Gilberto Freyre *“Casa Grande e Senzala”* (1934). O primeiro analisou o poder político no Brasil de maneira generalizante, ainda assim, as críticas feitas a Leal podem ser estendidas a Faoro. Mesmo tendo como perspectiva a análise do Brasil como um todo, considerando o nascimento e evolução da nação, Faoro tem como base analítica o sudeste brasileiro nos anos de 1940. As outras regiões e épocas são vistas como complementares e acessórias, estabelecendo assim o Brasil do sudeste como modelo de sociedade brasileira e o coronelismo desta zona como parâmetro para o Brasil, mesmo que aspectos e coronéis de outras zonas sejam citados. E principalmente, a sociologia como disciplina principal para a análise, baseada fundamentalmente em estudos e revisões bibliográficas que não levavam em consideração os arquivos e toda a documentação primária.

Posteriormente, os estudos que foram publicados não representaram grandes avanços, desde os anos de 1950 até a atualidade. As análises feitas sobre o coronelismo brasileiro estão restritas às influências destes (dois) marcos fundadores da interpretação. Estas influências não estão distantes, mesmo quando os poucos historiadores sobre o tema se inclinam para perceber o nordeste em geral e a Bahia em particular. Para os historiadores baianos, a relação de

centro e periferia se desloca para litoral e sertão, numa perspectiva menor do que os grandes nomes da sociologia fizeram com o Brasil. Desta maneira, mesmo expondo o litoral como centro das determinações políticas e econômicas da Bahia, o Estado ainda continua como periferia histórica do Brasil, corroborando para reafirmar o que já fora dito pelos “sudestinos”.

A única exceção nestes estudos, ainda que relativa, pois, não rompe completamente com o proposto pelos cientistas anteriores, foi o trabalho do historiador coreano radicado nos Estados Unidos, Eul-Soo Pang. Fruto de uma tese de doutoramento na Universidade de Stanford, na década de setenta, este realizou pioneiras pesquisas documentais. Seu trabalho se diferenciava dos demais por utilizar principalmente fontes primárias, depositadas no Arquivo Público da Bahia. Além de ser o primeiro historiador de formação a estudar o tema, inova na maneira de como tratar o coronelismo, percebendo que havia outras possibilidades de se ascender que não fosse necessariamente a posse de terras. O autor ainda classifica os coronéis em grupos de acordo com as suas devidas ocupações, como comerciantes, guerreiros, padres, proprietários de terras, e ainda faz relações do coronelismo do interior baiano com outros Estados do nordeste brasileiro.

Embora inovadora, tanto pela análise quanto pelas fontes que utiliza para construir o discurso, Pang repete o modelo proposto por Faoro. Mesmo sendo um historiador, percebe-se uma forte influência da sociologia weberiana, e assim como Faoro, considera o coronelismo como um sistema transitório, que no caso específico da Bahia, cujo interior, principalmente na zona dos sertões ainda permanecia atrasado e feudal, foi o principal locus de atuação dos coronéis.

Para Pang, mesmo que muitos dos coronéis não fossem necessariamente proprietários de terras, ainda eram membros da elite numa sociedade sertaneja estamental, pouco ou não propensa a modificações. Assim, utilizavam o seu poder econômico e de influência para manter o controle do seu estamento sobre a sociedade. Este poder era sobrevalorizado pelas relações com as elites estaduais, que mantinham o poder na hierarquia social, que não admitia ascensão de indivíduos advindos de estamentos inferiores. Dessa maneira, as tradicionais elites litorâneas se mantinham no domínio das elites sertanejas, que por sua vez dominavam o povo, numa estrutura hierarquicamente imóvel.

As décadas posteriores podem ser consideradas como o esquecimento do tema, não foi publicado nenhum trabalho que apontasse outras interpretações sobre o coronelismo tanto na Bahia quanto no Brasil, algumas teses de mestrado e doutorado defendidas em universidades brasileiras abordaram o tema, mas a interpretação não se diferenciava muito dos pressupostos acima citados.

Tanto a morte quanto a vida do Coronel Dias Coelho foram eclipsadas da historiografia baiana por um longo período de tempo. Dentre outros fatores, a falta de fontes e de uma metodologia que permitissem uma análise mais aprofundada no aspecto regional, foram os principais fatores que possivelmente levaram ao não aparecimento de pessoas e fatos que possibilitam outra análise do coronelismo baiano.

A situação começou a ficar mais favorável para os estudos regionais na Bahia com a abertura dos arquivos locais nos primeiros anos do século XXI. Isto permitiu aos historiadores baianos uma grande quantidade de documentos que foram fundamentais para se analisar sob outros olhares a história do

interior. Antes disso, o maior centro de documentação da Bahia era o Arquivo Público Estadual, que pretendia reunir documentos de todo o Estado. Evidentemente que isso nunca foi conseguido, e centenas de arquivos regionais, entre eles arquivos cartoriais, eclesiásticos e principalmente particulares continuaram fechados aos pesquisadores.

A História da Bahia foi contada com base nos arquivos que estavam na capital, omitindo-se os arquivos locais e regionais que certamente continham uma documentação muito mais volumosa que se referia a esta e outras regiões. Agregue-se isso ao fato de que as universidades baianas estavam concentradas na capital do Estado, e as vagas para os cursos de Ciências Sociais (e principalmente em História), além de poucas eram direcionadas em sua maioria para as pessoas que viviam na capital. Com uma documentação preponderante sobre o recôncavo, aliado aos historiadores profissionais que pesquisavam a região, é presumível entender que a história da Bahia se resumisse ao recôncavo e litoral, ficando o sertão considerado como periférico e atrasado, não somente numa perspectiva cultural como também nos estudos historiográficos.

Sobre a região de Morro do Chapéu, existem os arquivos do Fórum Clériston Andrade, onde ainda estão depositados documentos desde 1830, entre testamentos, inventários, processos criminais e registros de compra e venda de terras, animais e escravos; e o arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, que conta com documentos que remontam a 1838, a exemplo de registros de nascimentos, óbitos, casamentos e principalmente os livros de Tombo. Estes livros são de extrema importância porque estão registradas as informações de toda a paróquia, sempre que um novo padre assumia. Como os curas da região sempre

foram longevos, até 1940, somente três padres efetivos ocuparam a paróquia, embora poucos foram de extrema relevância para se conhecer o passado do lugar. Depois de 1864, Morro do Chapéu foi desmembrada de Jacobina e formou um novo município. Com isso foram criadas instituições administrativas, como a intendência e o conselho municipal. Ambos começaram a produzir documentos administrativos contábeis e políticas desde esta data, e para concluir o relato de fontes, muitos livros de anotações, diários pessoais e fotografias foram guardados com lembranças pelos familiares. Estes documentos por si só já continham um grande valor sentimental e familiar, mas adquiriram valor historiográfico quando passaram a ser copiados por profissionais de história, que iniciaram análises premidas por novas metodologias, permitindo observar outras informações de maneira mais metódica.

O tipo de documentação também é determinante para a escolha da metodologia a ser utilizada pelo historiador. Ignassi Saborit, ao discorrer sobre história regional, afirma que o tipo de fonte é determinante para a temática e a teoria da história local (SABORIT, 2005, p. 192). Isso pode ser aplicado para o caso de Morro do Chapéu. Diferente das dificuldades apresentadas em alguns trabalhos sobre a história regional, com relação a pouca quantidade ou diversidade documental, os arquivos locais analisados apresentam exatamente o contrário, além de existir uma grande quantidade de documentos ainda não trabalhados. Estes ainda são de variadas naturezas e propósitos no momento da sua produção. Para essa região, os documentos eclesiásticos, judiciais e administrativos, além dos arquivos e documentos particulares se complementam, oferecendo um mosaico da sociedade sertaneja do século XIX.

Tal qual San Jose de Gracia, estudada por Luiz Gonzales, no seu clássico *“El pueblo en vilo”* (GONZÁLES, 1972). A região de Morro do Chapéu não apresenta grandes diferenciais. Ao contrário, era um a zona extremamente comum e se diferenciava muito pouco das outras regiões pecuaristas da Bahia. Com exceção das condições geográficas, também não era diferente de outras zonas do Brasil. Porém, ainda como afirmara Gonzáles, a sua força está na fragilidade, por ser um lugar comum, a parte norte da Chapada Diamantina era um reflexo da sociedade sertaneja do século XIX, e também um fragmento representativo da sociedade baiana, com todas as suas especificidades e contradições, entre uma economia litorânea e agrícola decadente, sendo substituída paulatinamente por uma nova elite pecuarista e ascendente advinda dos sertões.

Contudo, metodologicamente, o desenvolvimento dos estudos biográficos e da história regional na Bahia permitiram que outros olhares observassem os mesmos objetos ou temáticas que eram debatidas na macro história brasileira sob novas perspectivas, possibilitando então novas interpretações para o que já se considerava historicamente esgotado para novas análises.

A trajetória de vida do Coronel Francisco Dias Coelho estava descrita nos documentos citados acima. Através deles foi possível recompor a gênese da sua família, desde o patriarca “africano” chegado ao Brasil como escravo, passando pela formação de famílias escravas no sertão, até a ascensão política econômica e social de subalternos na Chapada.

É importante salientar que a trajetória familiar se torna um molde do que seria a trajetória pessoal de Dias Coelho, ou seja, em um lapso de três gerações os Dias Coelho saem da mais completa indigência para

ocupar os mais importantes cargos da região e do estado da Bahia. Por si só, isso já seria significativo. Mas, para ampliar a discussão, este assunto ainda contrariava os estudos tradicionais sobre escravidão e família escrava, ascensão de subalternos e principalmente sobre o coronelismo brasileiro, que ficaram eclipsados nos estudos macro históricos. Estes, por apenas utilizarem uma escala ampliada, não viram as nuances produzidas regionalmente e que poderiam questionar o que se havia escrito sobre a cultura política local no interior do Brasil. Não conseguiram encetar novas análises trazidas à tona pelos novos ventos da micro história, bem como pelo recorte de uma perspectiva de escala micro (REVEL, 2003).

Com isso, que foi possibilitado pelos documentos não manuseados e depositados em arquivos regionais, que suscitaram uma abertura metodológica para o regional, e, conseqüentemente mostraram facetas da cultura política e da sociedade sertaneja que não poderiam ser vistas por uma distância maior. Apesar de parecer insólito, a presença de escravos na pecuária, formação de famílias escravas estáveis e principalmente, a ascensão de indivíduos subalternos aos postos supostamente reservados às elites tradicionais era mais comum do que se imaginava. Então, entre o insólito e o comum, a história regional descortina elementos para se aprofundar na cultura política e na sociedade baiana e brasileira, abrindo caminhos para o aprimoramento da historiografia brasileira.

Assim, conclui-se então que mesmo estando a história regional na condição de nascente na Bahia, e os seus pressupostos não estejam claramente definidos, os estudos regionais apontam para outros caminhos que não os estabelecidos pelas análises e pesquisas balizadas nas visões tradicionais

da historiografia brasileira, no que concerne à cultura política e mais especificamente ao coronelismo. Tanto os arquivos locais quanto outras fontes, a exemplo de jornais de todo o estado, apontam para o coronelismo como um sistema característico da vida política brasileira com temporalidade que vai muito além do período conhecido como Primeira República Brasileira. Além disso, embora o seu caráter eminentemente elitista, não se caracteriza somente por uma submissão do poder local às elites estabelecidas desde longa data. As novas elites surgidas com os câmbios da economia local, encontraram na Guarda Nacional a brecha necessária para a concretização da sua trajetória política, estabelecendo-se e atuando de maneira a concretizar o seu poder localmente, mas, com influências que iam muito além dos limites administrativos das suas localidades.

Todas estas conclusões estavam cortinadas sob a análise macro histórica que, com a redução de escala e a utilização de fontes regionais, levando em consideração a formação e as transformações da sociedade regional da Chapada Diamantina, foi possível analisar e conhecer com maior profundidade possibilitando a necessidade de modificações de conceitos há muito estabelecidos.

Referências

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, 2005.

BANDIERI, Susana. Nuevas investigaciones, otra historia: la Patagonia en perspectiva regional. In: FERNANDEZ, Sandra. **Más Allá del territorio: la historia regional local como problema. Discusiones, balances y proyecciones**. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2007, p. 47 - 72.

BRUTON, Eric. **Diamantes**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1983.

- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi.** São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. **A Milícia Cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850.** 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- DALLA CORTE, Gabriela; FERNANDEZ, Sandra. Límites difusos en la historia y el espacio local. In: **Lugares para la historia - Espacio, Historia Regional e Historia Local en los Estudios contemporaneos.** FERNANDEZ, Sandra; CORTE, Gabriela Dalla. Rosario/ Santa Fé: UNR Editora, 2005.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro.** 16ª edição. São Paulo: Globo, 2004.
- FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, molesques e vadios na Bahia do século XIX.** Dissertação (Mestrado em História Social) - UFBA, Salvador, 1994.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos.** São Paulo: Global, 2005.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** 34ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.[1934].
- GONZÁLES, Luis. **El Pueblo en vilo: microhistoria de San José de Gracia.** 2. México: El colegio de Mexico, 1972.
- GRIMBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Rebouças.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HILL, Christopher. **O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa.** São Paulo: Cia das letras, 1988.
- LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** 5ª ed. São Paulo: Alfa-omega, 1986.
- MATOSO, Katia. **A Bahia no século XIX.** São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- MEYER, Jean. **Historia Nación y región.** Vol. Tomo I, por Veronica (ed.) Oikón Michoachan: El Colegio Michoachan, 2007, p. 29-38.
- NEVES, Erivaldo Fagundes; ANTONIETA, Miguel. **Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia.** Salvador: Arcádia, 2007.
- PANG, Eul Soo. **Coronelismo e oligarquias.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.
- REGUERA, Andrea. El significado de la historia local en la región de la frontera sur. El caso de Tandil. In: FERNANDEZ, Sandra. **Más Allá de territorio: la historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones.** Rosario: Prohistoria Ediciones, 2007, p. 73 - 94.
- REVEL, Jacques (org). **Jogos de escalas – A experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: FGV, 1998
- SABORIT, Ignasi Terradas i. La Historia de las estructuras y la Historia de la vida. Reflexiones sobre las formas de Relacionar la Historia local y la Historia General. In: FERNANDEZ, Sandra; CORTE, Gabriela Dalla. **Lugares para la Historia: Espacio, Historia Regional e Historia Local en los Estudios Contemporáneos.** Rosario/ Santa Fé: UNR Editora, 2005, p. 179- 208..
- SANTOS, Milton. Região, globalização e identidade. In: LIMA, L. C. **conhecimento e reconhecimento: uma homenagem ao geógrafo cidadão no mundo.** Fortaleza: Educel/ LCR, 2003, p. 53-64.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e afastamentos. **Estudos Historicos.** V. 10, n. 19, p. 03 – 21, 1997.
- VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Os Negros em Jacobina (Bahia) no século XIX.** Tese (Doutorado em História do Brasil) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- YOUNG, Eric Van. Haciendo Historia Regional: Consideraciones metodológicas y teóricas. In: PÉREZ, Pedro H. **Región e historia en México (1700-1850).** México DF: Instituto Mora/ UAM, 1991, p. 99 - 122.

Enviado em: 05/11/2016
Aprovado em: 29/11/2016